



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/09/2025 a 30/09/2025

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/6

173.2025	Sessão Ordinária - CD	02/09/2025-18:28
Publ.: DCD - 03/09/2025 - 142	Alexandre Lindenmeyer-PT -RS	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado afirmou que setembro ficará marcado na história do País, destacando a comemoração da independência e a expectativa de aprovação do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que promove reforma tributária, com isenção do Imposto de Renda para quem recebe até 5 mil reais e isenção escalonada até 7.350 reais. Ressaltou também o julgamento dos responsáveis por atentar contra a democracia e a soberania nacional, ao convocarem embaixadores estrangeiros para questionar o processo eleitoral, incentivarem atos contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e promoverem ataques em Brasília (DF), incluindo o 8 de Janeiro de 2023. Lembrou ainda as quase 700 mil mortes durante a pandemia e condenou os adversários por articularem a taxação americana contra a economia brasileira. Por fim, celebrou o julgamento do STF, que fará justiça em defesa da independência e da soberania nacional.

O SR. ALEXANDRE LINDENMEYER (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o mês de setembro vai ficar na história.

É neste mês que comemoramos nossa independência. Nós queremos ver, nesta Casa do Parlamento, a aprovação do projeto de lei que vai ser a maior ação de reforma e justiça tributária para o povo brasileiro, com a isenção do Imposto de Renda para todos os que recebem até 5 mil reais, e a isenção escalonada para quem recebe até 7.350 reais.

Além disso, ainda setembro, haverá um julgamento que vai estabelecer, sim, a sentença para aqueles que tentaram derrubar a democracia brasileira; aqueles que quiseram afrontar a soberania nacional, chamando embaixadores estrangeiros a dizer que nós tínhamos um processo eleitoral fraudulento em 2021; aqueles que fizeram uma mobilização para desestruturar e atacar instituições nacionais como o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral.



A articulação teve como consequência o quebra-quebra patrocinado por eles em Brasília, durante a diplomação do Presidente Lula, bem como o caminhão-bomba que colocaram nas imediações do Aeroporto de Brasília. O dia 8 de Janeiro não foi uma festa, mas, sim, um atentado às três grandes estruturas democráticas do Brasil: o Poder Judiciário, o Poder Executivo e este Parlamento.

As pessoas que estão respondendo a processo são as mesmas que, no passado, eram negacionistas, eram contra a vacina. De outro lado, nós vimos quase 700 mil vidas serem perdidas neste País em nome do desenvolvimento econômico. Agora, em defesa dos interesses de suas famílias, eles atacam a economia brasileira ao articular a taxaço americana contra os interesses da economia do nosso País.

Por isso, setembro vai ficar, sim, na história e na defesa da nossa independência e da nossa soberania. A sentença, que virá do Supremo, fará justiça.

Sim à Justiça brasileira!

Documento 2/6

181.2025	Sessão Ordinária - CD	09/09/2025-18:12
Publ.: DCD - 10/09/2025 -	Rui Falcão-PT -SP	
41		
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu avanços do Governo Lula, citando aumento real do salário mínimo, geração de empregos, queda da desigualdade e criação de políticas sociais. Também destacou investimentos do novo PAC, redução do desmatamento e a implementação de medidas tributárias para isentar quem ganha até R\$ 5 mil e taxar os super-ricos. Além disso, criticou o ex-Presidente Bolsonaro e aliados, apontando plano para atentar contra autoridades e condenando tentativas de anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro. Também acusou o Governador Tarcísio de articular apoio político para Bolsonaro, inclusive cogitando fuga, e pediu apuração sobre uso de recursos. Finalizou defendendo a soberania nacional, a democracia e punição a conspiradores.

O SR. RUI FALCÃO (Bloco/PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, enquanto a baba do fanatismo escorre por várias bocas Brasil afora e o ódio vai sendo disseminado, e enquanto nós aguardamos



o fim do julgamento dos golpistas de 8 de Janeiro, eu vou falar um pouco do Brasil real, do Brasil do Governo do Presidente Lula, do Governo do Brasil que está do lado do povo.

Caros colegas e todos aqueles que nos acompanham, durante estes quase 3 anos em que recuperamos o Governo do País, o salário mínimo teve o maior aumento real da história. Nós também tivemos os maiores índices de geração de emprego, e tivemos a menor taxa de desemprego da história: 5,8%. Foram criados 4,5 milhões de empregos formais. Em 2022, o Governo antecessor manteve o nível de emprego de 2013, sem criação de novos empregos. A renda mensal atingiu 3.497 reais, também a maior desde que esse índice está sendo aferido.

Tiramos de novo o Brasil da fome, em que havia mergulhado durante os dois últimos Governos. A ONU, no dia 23 de julho do ano passado, retirou o Brasil do Mapa da Fome. Houve uma redução sensível da pobreza: 8,7 milhões de pessoas deixaram a pobreza, uma população quase equivalente à do Ceará; e 3,1 milhões saíram da miséria, uma população semelhante à de Alagoas. O coeficiente de Gini, aquele que mede o grau de desigualdade na sociedade — quanto mais próximo de zero, menos desigualdade —, caiu de 0,545%, em 2018, para 0,520%, no ano passado. Nosso PIB vem superando as expectativas do próprio mercado.

E nós temos o Pé-de-Meia e o Escola em Tempo Integral, queremos votar o Luz do Povo, o Gás do Povo. O Novo PAC tem obras por todo o País, sendo concluídas ou em andamento. Temos igualdade salarial entre homens e mulheres, redução do desmatamento, a próxima realização da COP 30, crédito para o trabalhador, o Agora Tem Especialistas.

A justiça tributária já reduziu os impostos de consumo, simplificou. Espero que já na próxima semana possamos votar a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais e a redução para quem ganha até 7.350 reais. Na primeira escala, 16,5 milhões de pessoas não pagarão imposto. E nós esperamos que se aprove, como compensação, a taxa dos super-ricos nessa primeira fase da reforma tributária, para que, no fim do Governo Lula, tenhamos uma redução ainda mais significativa desses impostos, com a taxa dos super-ricos e, quem sabe, dos lucros e dividendos, uma velha proposta nossa.

Mas voltemos ao dia de hoje. Dois votos já foram dados pela condenação de Bolsonaro e de sua corja de golpistas, daqueles que não só queriam fraudar o resultado da eleição, mas tinham um plano concreto, hoje com as provas apresentadas pelo Ministro Alexandre de Moraes, ratificadas pelo Ministro Flávio Dino: o Punhal Verde e Amarelo, um plano para matar o Presidente da República, o Vice-Presidente e o Ministro Alexandre de Moraes. Aquilo não era uma simples reunião de amigos para falar mal do Governo, era uma trama assassina, que precisa ser punida com cadeia, todos eles tendo direito ao devido processo legal, a advogados, contraditório e presunção de inocência,



até que as provas aparecessem.

Diante das condenações, surge aquela proposta da anistia, que, como todos sabemos, é inconstitucional. Os crimes contra o Estado Democrático de Direito não são passíveis de anistia.

E agora, nos últimos tempos, vem o Governador de São Paulo, deixando o Estado abandonado, dizer que não confia na Justiça. E mais, já tinha antes pedido a devolução do passaporte a Bolsonaro, para que Bolsonaro fosse até os Estados Unidos. A gente vê que isso não passava de um acolhimento, de apoio a uma eventual tentativa de fuga, porque, vejam, Bolsonaro passa 2 dias na Embaixada da Hungria, e agora surge uma carta ao Presidente Milei com uma consulta sobre a possibilidade de se homiziar na Argentina, através do asilo. Pedir passaporte a quem pretende fugir não é atitude de um Governador. Dizer que desconfia da Justiça, pior ainda. Ele invade os dois Poderes simultaneamente, porque a Constituição reza que há independência e harmonia entre os Poderes, e ele vem articular na Câmara uma maioria para a anistia e se dirige também ao Supremo Tribunal Federal, colocando-o sob suspeita.

Eu representei contra esse Governador por atitudes de obstrução da Justiça: peço que, diante disso, ele se abstenha de qualquer contato com os réus e, ao mesmo tempo, que seu passaporte seja recolhido, para que não vá para os Estados Unidos tramar junto com aquele traidor da Pátria que é o Deputado Eduardo Bolsonaro, e que, em caso extremo — caso ele contrarie essas disposições —, possa ser inclusive alvo de prisão preventiva. Peço que se oficie ao Ministério Público Federal, para saber com que recursos ele custeou esses dois dias que passou aqui em Brasília articulando para salvar Bolsonaro e seus cúmplices. Ontem ainda, protocolei nova representação ao Supremo Tribunal Federal, porque, durante comício na Avenida Paulista, ele chamou o Ministro Alexandre de Moraes de ditador, de tirano. Investe contra o Supremo Tribunal Federal, cometendo, a meu ver, um duplo crime: primeiro, o de coação no âmbito do processo, ameaça física sobre quem iria dar o primeiro voto; segundo, o de incitação à população para que se volte contra o Judiciário, incitação à violência, incitação à subversão. Isso pode configurar crime de responsabilidade.

Pedi ao Ministro Alexandre de Moraes que remeta o meu relatório à Assembleia Legislativa de São Paulo, para avaliação da proposta de *impeachment* do Governador. A nossa bancada em São Paulo já deve ter recebido a representação, e provavelmente vai propor o *impeachment* do Governador por crime de responsabilidade. Estou falando de coisas reais, do Brasil real. O Governador não foi eleito para articular projetos para salvar os golpistas de 8 de Janeiro.

Espero que possamos a partir da semana que vem ingressar numa pauta positiva. Nós precisamos votar a isenção do Imposto de Renda. É nessa direção que população espera que o Congresso aja. Também precisamos votar a PEC da Segurança Pública. Nós tivemos na semana passada a maior operação conjunta da Polícia Federal, do Ministério Público, de polícias de vários



Estados, contra o crime organizado, contra algumas *fintechs* que são criminosas, contra o PCC, que toma conta dos postos de gasolina... Essa foi a maior operação de segurança dos últimos anos no Brasil.

Além disso, é preciso defender a soberania brasileira. É inaceitável que pessoas troquem a bandeira verde, amarela, azul e branca pela bandeira azul com a estrela de Davi, a bandeira de Israel, cujo Governo promove um verdadeiro genocídio. Seria importante que o nosso Governo rompesse relações diplomáticas com um Governo que promove limpeza étnica, que está arrasando com a população de Gaza. Mas agora, além de trocarem a bandeira brasileira pela bandeira de Israel, pasmem, trocam também pela bandeira dos Estados Unidos da América. Há suspeitas de que aquele bandeirão espalhado na Avenida Paulista poderia ser o mesmo usado na abertura do campeonato, aqui no Brasil, da liga de futebol americano. A Constituição Federal proíbe o recebimento de doações de entidades e de Governos estrangeiros, então isso configuraria crime, a responsabilizar os promotores daquele evento pago.

E, sobre o tarifaço, por mais que tentem comprometer a economia brasileira sabotando o nosso País, numa atitude antipatriótica, embora o tarifaço já produza alguns efeitos em várias áreas, a política do nosso Governo de espalhar as exportações fez com que este mês as nossas exportações ainda crescessem em volume, em valor e em diversificação de produtos.

A defesa da soberania nacional, a defesa da democracia, é obrigação de cada um de nós, que, quando tomou posse, jurou defender a Constituição brasileira, a Constituição de 1988, que Ulysses Guimarães disse que quem viola merece nojo, merece repúdio, merece ódio. Foi o que nos disse o então Presidente da nossa Câmara. E soberania não é apenas defesa das fronteiras, defesa da soberania digital, defesa da Nação. Existe também a soberania do Judiciário, porque diz o art. 4º da Constituição Federal que a soberania do Brasil impossibilita a submissão do Estado brasileiro à jurisdição de outro Estado. É justamente isso o que procura fazer a carta do Presidente Trump — que muita gente aqui está defendendo —, porque ele diz que o tarifaço será mantido e que poderá até haver novas medidas enquanto Bolsonaro não for absolvido. Eles não reconhecem que Bolsonaro delinuiu, que Bolsonaro atentou contra a segurança nacional, contra a democracia e contra o Estado Democrático de Direito. Isso está insculpido com toda a clareza na Lei nº 14.197, de 2001. Portanto, essa intromissão no julgamento, essa pressão sobre os juízes do Supremo, eu tenho certeza de que não passarão, e não só por causa da defesa da soberania que nós fazemos, mas porque ela é ilegítima, ela é inconstitucional. A anistia não cabe.

Aliás, é um fato curioso que se peça anistia antes da condenação, o que seria, na verdade, um reconhecimento de culpa, porque perdão por algo que não foi feito não existe.

Do ponto de vista do Governador Tarcísio, que era apresentado como um bolsonarista moderado — como se isso fosse possível, isso que é a verdadeira quadratura do círculo —, está claro o porquê desse destempero total lá na



Avenida Paulista e anteriormente aqui, quando disse que não confiava na Justiça. Ele quer pagar pedágio, para que o Bolsonaro, inelegível, irremediavelmente ilegível, condenado nos próximos dias, apoie sua aventura na disputa da Presidência da República. Estou certo, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, de que, mais uma vez, eles não passarão. O povo brasileiro, que nos concedeu pela quinta vez o direito de governar o País, nos dará este referendo pela sexta vez, para que o Presidente Lula possa fazer ainda mais reformas estruturais, grandes mudanças, no próximo período.

Anistia nunca mais! Como já se disse aqui, lugar de bandido, lugar de conspirador contra a democracia é na cadeia.

Sr. Presidente peço que este pronunciamento seja transmitido no programa *A Voz do Brasil* e em todos os veículos de comunicação da Casa.

Documento 3/6

183.2025	Sessão Ordinária - CD	10/09/2025-19:16
Publ.: DCD - 11/09/2025 - 156	Jilmar Tatto-PT -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu o Governo Lula contra os ataques da Oposição. Ademais, ressaltou que o Presidente da República investiu 80 bilhões de reais na educação, retomou programas sociais, lançou o Pé-de-Meia para combater a evasão escolar e retomou o Bolsa Família, responsável por retirar novamente o Brasil do Mapa da Fome. Destacou ainda o controle da inflação, o crescimento econômico de 7% nos dois primeiros anos de mandato e a aprovação da reforma tributária após quatro décadas de tentativas. Além disso, celebrou a entrega de 400 unidades móveis odontológicas em Sorocaba (SP), com previsão de mais 400 até o fim do ano. Adicionalmente, repudiou a Oposição por defender anistia para o ex-Presidente Bolsonaro, que comandou organização criminosa e atentou contra as instituições democráticas. Ao final, argumentou em prol da aprovação do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que dispõe sobre a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais e a redução para quem recebe até 7.350 reais.

O SR. JILMAR TATTO (Bloco/PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a vida da Oposição não está fácil, eu reconheço. Está muito difícil, realmente, fazer oposição ao Governo Lula.

O Lula assume a Presidência da República, acaba com o teto de gastos e injeta



80 bilhões na educação logo no primeiro ano.

O Presidente Lula retoma todos os programas sociais que tinham acabado no Governo anterior.

O Presidente Lula cria o Pé-de-Meia, programa relacionado à educação que dá dignidade aos estudantes do ensino médio e combate a evasão escolar, ao estimular os estudantes a ficar na escola. Aliás, esse programa foi inspirado numa experiência exitosa do Ministro Camilo Santana, do PT, quando era Governador do Ceará.

E o Presidente Lula retoma alguns projetos fundamentais, que têm a ver com a história do Presidente Lula e com a história do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, como o Bolsa Família. Esse programa deu dignidade às pessoas, deu comida às pessoas. Hoje a ONU reconhece que o Brasil saiu do Mapa da Fome. Tinha saído no Governo anterior do Presidente Lula, voltou no Governo passado do Bolsonaro, e agora foi reconhecido que o Brasil saiu do Mapa da Fome de novo.

O Brasil está controlando a inflação. Por quê? Porque fez um ajuste. Nós aprovamos aqui uma lei de responsabilidade fiscal, que é o arcabouço fiscal, que faz com que venham investimentos de fora, que dá tranquilidade para as pessoas virem aqui investir com responsabilidade. Há responsabilidade inclusive dos gastos públicos. Se não bastasse isso, o Presidente Lula, depois de 40 anos que esta Casa estava tentando, consegui que se votasse a reforma tributária.

Como é o ambiente hoje no Brasil? De controle inflacionário; de crescimento econômico, nos 2 primeiros anos, de 7%, coisa que não vinha acontecendo há muito tempo no Brasil, pelo menos nos últimos 10 anos, antes de o Lula assumir. Hoje nós temos um ambiente no Brasil de pleno emprego. Hoje as pessoas começam a escolher no que vão trabalhar. É evidente que nós temos que discutir com relação à remuneração desses trabalhadores, porque a massa salarial é pequena, em que pese o nosso Governo ter aumentado muito a massa salarial. É esse o ambiente, é esse o Brasil que nós temos que discutir, o Brasil real.

O que nós temos que votar nesta Casa é uma proposta que o Presidente Lula encaminhou, que é a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais. Já aprovamos a isenção para quem ganha até dois salários mínimos. Agora a isenção é para quem ganha até 5 mil reais, o que é um compromisso de campanha do Presidente Lula. Inclusive, a proposta de redução do Imposto de Renda foi ampliada para quem ganha até 7.350 reais. Esse é o Brasil que nós temos que discutir.

Qual é a pauta da Oposição? Qual é o programa da Oposição? O que a Oposição tem a oferecer? Anistia. Anistia de alguém que nem foi condenado ainda, que está sendo julgado lá no Supremo Tribunal Federal. Vai ser condenado, porque é chefe de quadrilha. Quem está dizendo isso não é a



Liderança do Governo. Quem está dizendo isso é o Relator.

Aqui se fala muito de atentados — inclusive, felizmente a Polícia Federal prendeu um condenado que tentou colocar uma bomba no Aeroporto de Brasília, que estava foragido — e de gente que tentou assassinar o Presidente Lula, o Vice-Presidente Geraldo Alckmin e o Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes. Esse Brasil nós não queremos discutir, esse Brasil não interessa ao povo. O que interessa ao povo é justamente essa pauta política e social que nós temos que debater e que o Presidente Lula está debatendo e está fazendo.

Recentemente estive com ele lá em Sorocaba. Fazendo o quê? Entregando quatrocentas unidades móveis odontológicas totalmente equipadas, fazendo com que as pessoas tenham acesso a um serviço de odontologia nos locais mais difíceis. Mesmo em locais onde não há energia elétrica, as unidades tinham ar-condicionado e dentista atendendo a população. Ele entregou quatrocentas unidades e vai entregar, até o final do ano, mais quatrocentas unidades. São oitocentas unidades. Esse Brasil a Oposição não discute.

A Oposição não consegue criticar nenhuma ação do Governo Lula. Por quê? Porque ela não tem proposta, não tem projeto de Brasil, não tem projeto de desenvolvimento econômico, não tem projeto industrial, não tem projeto para cuidar do povo brasileiro, em nenhuma área, nenhuma área. Estão perdidos. Estão perdidos. O principal líder deles está com tornozela, está preso, e vai para a cadeia agora, definitivamente. E por quê? Porque tentou cometer um atentado ao Estado brasileiro, não reconheceu as eleições passadas, que foram reconhecidas pelo mundo inteiro. As urnas eletrônicas brasileiras são reconhecidas como seguras no Brasil inteiro e no mundo inteiro. Hoje ele está sendo julgado, vai ser condenado e preso por ser o chefe de uma organização criminosa, por tentar cometer um atentado ao povo brasileiro, um atentado às instituições.

A cara explícita disso foi no dia 8 de janeiro. Todos conhecem as imagens aqui da Câmara, do Senado, do STF, do Palácio do Planalto.

Por isso, nós temos que comemorar este Brasil que está dando certo, o Brasil do Presidente Lula. E nós temos que fazer um esforço muito grande nesta Casa para a gente continuar votando projetos do interesse do povo brasileiro, como é este projeto para isentar de Imposto de Renda quem ganha 5 mil reais e diminuir o imposto para quem ganha até 7.350 reais. Esse é o Brasil que nós temos que discutir nesta Casa.

Portanto, Oposição, acorde porque parece que o Lula vai ganhar de novo no ano que vem!



197.2025

Publ.: DCD - 25/09/2025 - 231

Sessão Ordinária - CD

Bohn Gass-PT -RS

24/09/2025-21:40

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação do inciso I do art. 14-A da Lei Complementar nº 200, de 2023, estabelecido pelo art. 1º do texto original apresentado ao Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 163, de 2025, que visa excluir do câmputo dos limites de despesas primárias as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 14 de julho de 2025, e as despesas financiadas com recursos oriundos de empréstimos internacionais e suas respectivas contrapartidas, bem como excluir as referidas despesas com educação pública e saúde das metas fiscais, e dá outras providências. Ademais, condenou o Governo do Partido Liberal (PL) pela fome sofrida pelo povo e criticou o posicionamento do Partido contrário à isenção de impostos sobre os alimentos da cesta básica durante a reforma tributária.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Toda vez que eu ouço o PL e a Oposição falarem sobre o tema "impostos", lembro da reforma tributária que nós debatemos no País.

Na reforma tributária, nós isentamos a cesta básica, a comida para o nosso povo, a fim de que ele coma sem pagar imposto. E como o PL votou? Para cobrar imposto! Então, o PT trabalhou para não cobrar imposto do povo. Eles gostam de ter o povo passando fome — 33 milhões passando fome, fila do osso, é disso que eles gostam! Quando nós apresentamos o projeto para não haver imposto sobre a comida da cesta básica, o PL votou "não". Ele quer imposto! Nós, não.

Este é o debate! E isso tem similaridade com o que nós estamos debatendo aqui, porque querem dificultar que possa haver investimentos para este País continuar crescendo e gerando emprego.

Por isso, o PT vota "sim".

Documento 5/6

203.2025

Publ.: DCD - 01/10/2025 -
93

Sessão Ordinária - CD

Adail Filho-REPUBLICANOS -AM

30/09/2025-16:32

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO



Sumário

O Deputado apresentou um balanço de seu mandato, destacando a defesa do Estado do Amazonas e a conquista de resultados concretos em saúde, infraestrutura, habitação e desenvolvimento regional. Ademais, ressaltou a inclusão de todos os Municípios do Amazonas no Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) da Saúde, com mais de 440 ações e investimentos superiores a R\$ 500 milhões viabilizados por emendas e articulações políticas. Destacou ainda a entrega de 45 mil cestas básicas durante a estiagem e a sua relatoria da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que destinou R\$ 938 milhões para enfrentar secas e queimadas e para o Seguro Defeso. Recordou também seu apoio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social; e à reforma tributária com manutenção dos incentivos da Zona Franca de Manaus. Ao final, reafirmou seu compromisso com a Região Norte e com a população amazonense.

O SR. ADAIL FILHO (Bloco/REPUBLICANOS - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo do meu querido Estado do Amazonas, hoje eu subo aqui a esta tribuna com o coração cheio de gratidão e com o firme compromisso de prestar contas ao povo amazonense. O meu mandato tem uma marca muito clara: resultados concretos, um trabalho sério e a defesa incondicional e intransigente do Estado do Amazonas e do povo amazonense.

Eu quero dizer que sou filho do interior do nosso Estado. Eu sei o que significa para uma comunidade ribeirinha receber uma ambulância nova. Eu sei o valor de um posto de saúde funcionando, definitivamente reformado, ampliado e equipado para um bom serviço de saúde. Eu sei o valor de uma escola recém-inaugurada, totalmente equipada, o valor de um aeroporto ou de um novo porto revitalizado para o povo do Estado do Amazonas.

Por isso, cada conquista que relato não é somente uma estatística, mas a mudança verdadeiramente de milhares de vidas de cidadãos amazonenses, de homens e mulheres que residem no nosso Estado.

Uma das maiores vitórias que nós conquistamos foi incluir 100% dos Municípios do Estado do Amazonas no novo PAC da Saúde. São mais de 440 ações garantidas pelo nosso trabalho: novas unidades básicas de saúde, policlínicas, centros de atenção psicossocial — Caps, ambulâncias, *kits* de teleconsulta e muito mais. Esse feito histórico, sem sombra de dúvidas, Sras. e Srs. Deputados, vai mudar a realidade de milhares de famílias que muitas das vezes precisam viajar dias para ter acesso a um atendimento digno e de qualidade em saúde.

Também avançamos em infraestrutura, com obras de drenagem e de contenção



de encostas, investimentos estratégicos que dão segurança, qualidade de vida e esperança para o nosso povo.

Desde o início do nosso mandato, já viabilizamos mais de 500 milhões de reais em recursos para o Estado do Amazonas, fruto do nosso trabalho, fruto das nossas emendas parlamentares, fruto da nossa articulação política nos Ministérios por programas do Governo Federal.

Em Itacoatiara, por exemplo, nós garantimos 100 milhões de reais em investimento privado — não estou falando de investimento público, mas de investimento privado — para modernizar o aeroporto de forma completa, com balizamento noturno, e torná-lo um aeroporto alternativo ao Aeroporto Eduardo Gomes, da cidade de Manaus. Também participamos da entrega de asfaltamento nas ruas, de melhorias urbanas, da inauguração de um novo Cras. Portanto, há muitos avanços, há muitas conquistas para o Município. E também participamos da entrega do novo terminal pesqueiro e da revitalização do Porto de Itacoatiara. O Prefeito Mário Abrahim está dando um *show* de administração, com o suporte, é claro, da nossa Vice-Prefeita Marcela Cristine e de toda a sua equipe e com a contribuição valorosa do nosso querido amigo e parceiro o Deputado Estadual Thiago Abrahim, que é filho da terra.

Para o Município de Coari, terra de que sou filho e da qual já fui Prefeito, já destinamos mais de 100 milhões de reais em emendas. Todas as nossas unidades básicas de saúde foram revitalizadas, reformadas, equipadas, e estão prestando um serviço público de qualidade para o povo coariense. E não paramos por aí. Todas as escolas também já foram revitalizadas, equipadas, climatizadas, e estão oferecendo merenda escolar de qualidade, transporte escolar de qualidade, *kit* escolar. São muitas as conquistas. Estamos num novo momento para o Município de Coari. O asfalto também chegou, e chegou a todos os bairros, graças às nossas emendas. A maternidade também está sendo concluída, e num futuro breve estará de portas abertas, garantindo dignidade para as mães coarienses e para os recém-nascidos. Isso é compromisso com a vida do povo. E estão em pleno andamento obras na área da saúde, como UBS tipo 2 e um centro de reabilitação no Bairro São Sebastião, obras no Estádio Municipal, nos complexos esportivos e no novo aeroporto, que vai ser um grande pilar do desenvolvimento do Município. Portanto, sob a gestão do Prefeito Adail Pinheiro, Coari vive hoje um novo momento, um momento de muita prosperidade, de muitos avanços, de muitas conquistas, de muita geração de emprego e de renda. É dessa forma que a gente continuará trabalhando por Coari e pelo povo coariense.

No Município de Tefé, garantimos a construção de quatrocentas novas casas populares pelo programa Minha Casa, Minha Vida. Essa conquista de moradias, sem sombra de dúvidas, vai ficar marcada naquela terra. E é também uma conquista histórica, porque atende a uma demanda reprimida de muitos anos, que muitos Prefeitos que por lá passaram prometeram resolver, mas não conseguiram. Além disso, a tão sonhada Ponte do Abial vai sair do papel, fruto da coragem, do trabalho, do esforço, do comprometimento e da audácia do grande Prefeito Nicson, que já deu o pontapé inicial para a contratação dessa



grande obra. Com as nossas emendas, entrará para a história política de Tefé essa ponte, que vai melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram no Bairro do Abial e redondezas. As obras da maternidade pública do Município de Tefé também estão em pleno andamento, já em fase final. A maternidade será equipada com tecnologia de ponta. A Casa de Parto foi totalmente revitalizada, para acolher as mulheres tefeenses com mais dignidade. Cada obra, cada entrega que fazemos é muito mais do que concreto: é esperança, é cuidado, é um novo tempo, é Tefé caminhando para o futuro.

Mas nós não nos limitamos aos grandes Municípios. Todos os Municípios do interior e também a nossa capital, Manaus, recebem o trabalho e o recurso de emendas do Deputado Federal Adail Filho. Eu não faço política de gabinete. Eu vou ao interior, eu visito, eu converso com as pessoas, eu escuto, eu vejo de perto a realidade da nossa população e transformo demandas em soluções concretas e ações que de fato transformam a vida do povo amazonense.

Durante a estiagem deste ano, nós também nos fizemos presentes. Garantimos com o Ministério do Desenvolvimento Social mais de 45 mil cestas básicas para as famílias atingidas.

Relatamos a Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que destinou 938 milhões de reais para o enfrentamento das grandes secas e das queimadas e para assegurar esse grande programa do seguro-defeso para os nossos trabalhadores e trabalhadoras das águas, para os queridos irmãos e irmãs pescadores do nosso Estado do Amazonas. Portanto, o Parlamento agiu, e o povo foi atendido mais uma vez.

Também votei com convicção a favor da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que deu um alívio às Prefeituras e permitiu mais investimento em saúde, em educação e em infraestrutura. Defendo o municipalismo porque já fui Prefeito e conheço na pele as demandas do municipalismo. É na ponta que a vida acontece. As pessoas moram nas cidades, não no Estado, nem na União.

Na votação da reforma tributária, lutei e garanti a preservação dos incentivos da Zona Franca de Manaus. Sem a Zona Franca de Manaus, não há emprego, não há desenvolvimento, não há futuro, nem nenhum tipo de possibilidade de sobrevivência para o Estado do Amazonas.

Eu quero, mais uma vez, prestigiar o trabalho conjunto com os nossos Senadores da República, o Senador Eduardo Braga, o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério, como também valorizar o trabalho conjunto com o Governador Wilson Lima. Sem sombra de dúvidas, essa parceria tem sido fundamental para levar ainda mais conquistas ao Estado do Amazonas, porque, quando nós trabalhamos juntos, o Amazonas se fortalece, o Amazonas fica mais forte, e é disso que nós precisamos, do Amazonas forte de novo.

Mais uma vez, Sr. Presidente, colegas Parlamentares e povo do Estado do Amazonas, quero dizer que, a cada cidade visitada, a cada barco que sobe os



rios, a cada ação social realizada, eu reforço a certeza de que o Brasil precisa olhar de forma diferenciada e com mais respeito para a Região Norte. Precisamos trabalhar nesta Casa, neste Parlamento, para aprovar mais investimentos e mais oportunidades para a Região Norte, para o Estado do Amazonas, para o povo amazonense.

Quero dizer a toda a sociedade amazonense que o nosso mandato — o seu mandato, o meu mandato — é construído na base do diálogo, na base da escuta, em ações concretas que definitivamente mudem e transformem a vida do povo amazonense.

Eu acredito, colegas Deputados e Deputadas, que, para uma política que transforme, é preciso ter um olhar sensível para esse investimento de 100 milhões de reais, seja ele para cestas básicas entregues em uma comunidade isolada, um olhar que valorize cada entrega feita, porque são essas as transformações que mudam a vida das pessoas.

Seguirei firme, com a mesma disposição e a mesma coragem. O Amazonas pode continuar contando com a minha voz, com o meu trabalho e com a minha dedicação total.

Que Deus abençoe o nosso povo e que esta Casa siga sendo um instrumento de soluções concretas, para transformarmos o Amazonas em um Estado cada vez mais próspero e o Brasil em um país cada vez mais justo para todos nós!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 6/6

203.2025

Sessão Ordinária - 30/09/2025-13:55
CD

Publ.: DCD - 01/10/2025 - Ruy Carneiro-PODE -PB
177

ENCERRAMENTO DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu uma reforma tributária para corrigir a injustiça fiscal no Brasil, propondo uma emenda ao Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que estabelece alíquotas progressivas de 10% a 15% para rendimentos anuais acima de R\$ 1,2 milhão. Argumentou que os super-ricos pagam proporcionalmente menos Imposto de Renda do que a classe média, conforme estudo recente, o que considerou uma afronta à justiça social e ao princípio da capacidade contributiva. Defendeu também a ampliação da faixa de isenção para até R\$ 5 mil e a redução da carga para rendas de até R\$ 7 mil, visando inverter a lógica tributária atual. Além disso, refutou a ideia de fuga de



capitais, destacando que a alíquota máxima proposta ainda seria inferior à de muitos países desenvolvidos, e conclamou os colegas a apoiarem a medida para combater a desigualdade e garantir justiça social, financiando saúde, educação e infraestrutura onde há "sobra" de recursos.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUY CARNEIRO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados,

Trago a esta tribuna um alerta urgente sobre a necessidade de corrigirmos uma das maiores injustiças do nosso sistema tributário: a forma como o Brasil trata os super-ricos.

Foi com base nesse atual e histórico cenário que apresentei uma emenda ao Projeto de Lei nº 1.087/2025 para aumentar a tributação sobre quem ganha esses super-rendimentos. Os valores são específicos para aqueles que recebem acima de R\$ 1,2 milhão por ano, algo em torno de R\$ 100 mil por mês.

Minha proposta estabelece alíquotas progressivas que vão de 10% a 15% sobre essa faixa, criando um modelo mais justo e previsível. Não se trata de confiscar riqueza, mas de corrigir um sistema que hoje pune quem tem menos e poupa quem mais tem.

É por isso que já busco assinaturas nesta Casa e conto com o empenho de todos para que possamos avançar com as discussões e a aprovação dessa medida.

O tema é tão atual que nesta terça-feira, o portal de notícias G1 publicou uma reportagem baseada em estudo inédito que confirma o que todos sentimos, mas poucos têm coragem de enfrentar: desde 2009, os super-ricos pagam proporcionalmente menos Imposto de Renda do que a classe média brasileira. Isso significa que quem ganha salários milionários consegue, por meio de brechas e distorções, contribuir menos do que professores, pequenos empresários e milhões de trabalhadores que sustentam este país.

Esse dado não é um detalhe técnico; é uma afronta direta ao princípio constitucional da capacidade contributiva e à justiça social. É inaceitável que um ultramilionário pague, em média, apenas 1,75% de imposto sobre sua renda, enquanto o trabalhador comum carrega percentuais muito maiores.

Ao mesmo tempo que estou atuando nessa questão, também defendo as medidas para aliviar quem ganha pouco e a classe média, como a



ampliação da faixa de isenção para até R\$ 5 mil e a redução de carga para rendas de até R\$ 7 mil. É preciso inverter a lógica atual: aliviar a base e cobrar mais de quem está no topo.

Alguns argumentam que tributar os super-ricos pode afastar investimentos ou gerar fuga de capitais. Mas estamos falando de uma alíquota máxima de 30%, bem abaixo da aplicada em muitos países desenvolvidos, onde os percentuais chegam a superar 50%.

Não é radicalismo, é equilíbrio.

O Brasil vive desigualdade extrema. Para garantir saúde, educação, segurança e infraestrutura sem esmagar ainda mais quem ganha pouco, precisamos buscar recursos onde há sobra. Continuar transferindo o peso do financiamento público para os ombros da classe média e dos trabalhadores é injusto e insustentável.

Por isso, faço um chamado aos parlamentares desta Casa: assinem, debatam e apoiem essa proposta. Vamos mostrar ao país que não temos medo de enfrentar privilégios históricos e que acreditamos em um sistema tributário que trate com justiça cada cidadão, de acordo com sua real capacidade de contribuir.

Chegou a hora de dizer com clareza: o Brasil não pode mais ser um paraíso fiscal para quem acumula fortunas enquanto os que vivem de salário continuam arcando com a maior parte da conta. Justiça tributária é justiça social. E justiça social é o que deve guiar o Parlamento brasileiro.

Muito obrigado